

Industrialização recente: surgimento de novas relações socioeconômicas na cidade de Três Lagoas-MS.

Walter Assis Alves - UFMS

walterdiem2@yahoo.com.br

A proposta deste trabalho é traçar uma linha de investigação do que foram os anos germinais (1997-1998) da política de atração de indústrias para a cidade de Três Lagoas, política esta envolvida em uma trama de relações sociais e econômicas, utilizando como fio condutor o documento assinado por João Batista Gonçalves,¹ contrapondo-o às matérias do Jornal do Povo, periódico que aponta em seu conteúdo as ações decorrentes do processo de industrialização da cidade, destacando assuntos em que o Governo e industriais são os protagonistas.

Em se tratando de pesquisa histórica, utilizando como fonte os jornais, Laura Antunes Maciel aponta que já faz algum tempo que foi superada a sua rejeição ou sua incorporação a-crítica como documento histórico, pois a imprensa é uma prática constituinte da realidade social:

... que modela formas de agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretende compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõe em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.²

A imprensa, por constituir-se em um rico acervo para se levantar determinadas experiências históricas, apresenta-se aqui, conforme a mesma autora, de forma a dar visibilidade através da repetição, insistência, intensidade da narrativa, destaque, composição, etc. Esta, busca com a frequência de registros valorizar determinados acontecimentos, imagem de pessoas e instituições. O formato das publicações do Jornal do Povo nos leva a analisar cuidadosamente a direção de sua ótica, e em que consiste a lógica de seus interesses, levando a pensar o modo como são apresentadas as notícias relativas ao desenvolvimento econômico da cidade, observando os personagens que estão constantemente presentes no bojo de suas matérias, a posição que estes ocupam no meio

político e social e quais as suas contribuições para a construção do “eufórico” momento de caça a indústria que vem ocorrendo desde então.

A iniciativa para atrair investimentos para a cidade de Três Lagoas foi pautada na constituição de 1988, artigo nº 155 atribuindo novas competências a Estados e Municípios, e posteriormente, em 1993, através da Emenda Constitucional nº 03, que trouxe modificações no sistema tributário, extinguindo e criando impostos,³ dando condições para a cidade se inserir em um novo contexto econômico nacional, praticando assim ações competitivas de incentivo fiscal para atrair investimentos. Isto, nos últimos tempos vem se tornando prática constante adotada por estados e municípios, produzindo uma descentralização industrial nacional e causando conseqüências das mais diversas. Várias cidades brasileiras sofreram e estão sofrendo modificações representativas em suas relações e formações socioeconômicas, tendo como uma das causas essa guerra fiscal.

Em meados da década de noventa inicia-se a discussão com o intuito de atrair para Três Lagoas várias indústrias, tendo em vista a oferta de incentivos fiscais oferecidos pelo Governo do Estado, tais como: isenção financeira de 67% do Icms a pagar (prazo de 10 anos) e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste, com intermédio do Banco do Brasil, que concede financiamento com juros de 8,75% a 14% sem indexador e descontos de 15% no juro da parcela paga na adimplência, além de carência com prazo de até três anos na construção do prédio e de até nove anos para a compra de maquinário.

As regras do jogo são bem claras: ofertas mirabolantes e disputas acirradas, apresentam-se elaboradas e decididas a levarem empreendedores e governos a se posicionarem de forma agressiva, o que dá condições para que suas estratégias possam trazer resultados aparentemente satisfatórios, sem que os estados que disputam a recepção de novos empreendimentos se preocupem com as conseqüências futuras. Quando de fato a guerra fiscal se torna um ganho a somar a um Estado da Federação, “impõe, na maioria dos casos uma perda a algum ou a alguns dos demais [estados], posto que a guerra raramente é um jogo de soma positiva”,⁴ ou seja, podendo trazer o desenvolvimento para uns e causar o esvaziamento em outra Unidade da Federação.

A instalação das indústrias em certas áreas urbanas estimula o surgimento e crescimento da pequena e média empresa e do trabalho autônomo, tanto na área de prestação de serviços quanto no comércio, como salienta o Secretário de Indústria e Comércio, Magid Thomé Filho: “a consequência da cidade abastecida com a oferta de emprego está diretamente ligada ao setor comercial, melhorando as vendas e a futura arrecadação tributária estadual e municipal”.⁵ De modo semelhante, há um documento apresentado junto a Associação Comercial e Prefeitura de Três Lagoas que serve como base na divulgação dos atrativos da cidade no cenário econômico nacional. Diz ele:

Promover a formação de uma comissão (ACITL – SEC. IND. E COMÉRCIO), a qual fará estudos de FEIRAS E EVENTOS INDUSTRIAIS (a realizar-se em outras unidades da federação), selecionando-as criteriosamente para montagem de stander (mini-box: com painéis – mapas – filmes – bancos de dados e materiais ilustrativos que se fazem necessários) para divulgar Três Lagoas, como pólo industrial emergente, suas potencialidades e perspectivas no contexto do Centro-Oeste, Pontal do Pantanal e Mercosul.⁶

Este documento assinala ainda que seja viabilizado prêmio de isenções fiscais por um determinado período a ser concedido ao comerciante e ao industrial local que promover a implantação de indústrias em Três Lagoas, justificando para tal medida a geração de empregos, o que resulta na multiplicação de impostos e riqueza.

Em se tratando da tentativa de divulgação em busca de projeção econômica, a utilização de “*Marketing* e imaginário são altamente valorizados pelas cidades que procuram um lugar para elas na paisagem do século XXI”.⁷ Assim, fica explícito a importância da propaganda como fonte de divulgação também em Três Lagoas, apontada como pertencente ao time das cidades “paraíso das isenções” pelo Governo Municipal, que se mostra confiante e satisfeito com sua determinação de colocar a cidade no rumo do desenvolvimento desejado. Acredita-se que industrialização significa progresso, emprego e solução para os problemas municipais, tendo por argumento o fato de que a cidade não perde com as isenções, mas ganha indiretamente com a criação de mais empregos e impostos recolhidos de forma indireta. Com essa expectativa, o Secretário de Comércio, Turismo e Indústria, admite que sua maior conquista foi tornar a cidade conhecida

nacionalmente, com um permanente trabalho de *marketing*: “O trabalho junto aos empresários de outros estados tem sido agressivo, com visitas as suas bases, seminários e trocas de informações”.⁸ O Secretário destaca ainda que os maiores interesses desses investidores se dão porque Três Lagoas encontra-se no centro da Hidrovia Tietê-Paraná e do Mercosul, com várias alternativas de transportes, oferecendo as indústrias escoamento fácil, prático e custos diferenciados aos produtos.

Nas alternativas apresentadas nas propagandas que circulam pelo país, além dos incentivos fiscais, que aparecem como ponto positivo para a atração das indústrias, destacam-se as vias de transportes: a Rodovia Marechal Rondon, interligando Três Lagoas a Capital de São Paulo e ao Porto de Santos; os trilhos da Ferrovia Novo-Oeste interligando Três Lagoas a Bolívia e ao Paraguai; a Hidrovia Tietê-Paraná que permite a condução de cargas da capital paulista até Buenos Aires, na Argentina, percorrendo um total de 2,8 mil Km integrada ainda com Minas Gerais e Goiás. Quanto ao potencial energético, assinala-se: o Complexo de Urubupunga com 4,6 milhões de kw de potência energética; o Terminal de Gás Centro de Distribuição City Gate, do Gasoduto Brasil Bolívia que cobre 11 municípios do Mato Grosso do Sul e a Usina Termoelétrica de Três Lagoas com potencial de 640 Mw total de geração de energia. Com este panorama a cidade se projeta em busca do desenvolvimento industrial e do crescimento econômico.

Os primeiros resultados começam a aparecer no momento em que empresários industriais mostram-se motivados, estudando a possibilidade de promover investimentos na cidade, atraídos pelas ofertas de incentivos que foram apresentadas, pela primeira vez, em reunião no dia 16 de agosto 1997 no anfiteatro da Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas, estando presente representantes do Governo do Estado, Administração Municipal e cerca de 25 empresários, em sua maioria do ramo da indústria de calçados, têxtil e alimentação. Empolgado com a reunião o prefeito enviou um projeto de lei para a Assembléia Legislativa com intenção de aumentar de 67% para 75% a isenção de Icms, cogitando ainda a isenção total com o município abrindo mão de seus 25% de Icms que tem direito. Toda essa proposta de incentivos fiscais a serem disponibilizados veio ao encontro

das expectativas dos empresários. Cláudio Scodro, empresário Paulista do ramo da indústria de alimentos, destacou com satisfação: “Foi uma excelente reunião, no qual autoridades municipais deixaram a todos os presentes muito bem impressionados, a partir do interesse e da disposição demonstrada em auxiliar e apoiar a chegada de novos investimentos”.⁹ O empresário Wilson Citro, que já na oportunidade tinha empresa funcionando na cidade recebendo os incentivos disponíveis, declarou na reunião: “A injeção de dinheiro proporcionada por esta isenção conferiu nova vitalidade aos meus empreendimentos”.¹⁰ Como se percebe, a empreitada em busca do desenvolvimento industrial vem sendo conduzida através de um trabalho intenso junto a empresários.

Concretizando as suas pretensões, a Câmara Municipal aprovou a Lei de nº 1429, com data de 23/12/1997, dispondo sobre a concessão e incentivos para a instalação de indústrias na cidade, apresentando em seu Artigo 1º a seguinte condição: “Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção referente a impostos, taxas e emolumentos nos termos da presente Lei, às indústrias que vierem a se instalar, ou em processo de instalação no Município”.¹¹ Os esforços da Câmara Municipal e Associação Comercial deixaram o Governo Municipal cheio de expectativas, chegando a ponto de cogitar a busca de mão-de-obra em outras regiões: “Num curto espaço de tempo teremos que importar mão-de-obra para atender a demanda de indústrias que serão implantadas no município”.¹²

Cabe, agora, apresentar a problemática para se pensar a questão do emprego, presente no contexto das fontes aqui estudadas, como no discurso político dos jornais, quando se propõe, com o advento da industrialização, “amenizar o problema do emprego na cidade”.¹³ Na discussão de formas estratégicas de promover a industrialização, a mão-de-obra disponível aparece como item para deleite dos industriários que objetivem se instalar em Três Lagoas, já que exposta como vantagens oferecidas pela cidade aos investidores, sendo elas: grande oferta, ótimas condições de formação de mão-de-obra (Sesi, Senai, Senac) e “custos abaixo dos grandes centros e livre da pressão asfixiante dos sindicatos”.¹⁴

Frente a isto, indagamos: até que ponto essa industrialização beneficiará a população? As indústrias estão vindo em busca de atrativos fiscais, e dispostas a explorar

ao máximo a fatura de mão-de-obra disponível, representada nos 27% de desempregados, de uma população de 75 mil habitantes? Vimos que atrativos para as indústrias foram disponibilizados, mas qual seria o atrativo para o trabalhador com o advento do emprego? A melhoria no nível de vida ou a mera sobrevivência em meio à exploração capitalista?

O descaso com que o trabalhador é tratado aparece de maneira a expor-lhe como fonte de lucro a ser obtido com a exploração de seu trabalho, visto que o mesmo aparenta estar inicialmente sem órgão de representatividade e a mercê das “boas intenções” dos capitalistas que se propõem a investir na cidade, condição inaceitável para uma sociedade que anseia por progresso, visto que:

... não é mais possível pensar o processo de assalariamento de massa (o desenvolvimento industrial) que possa funcionar como instrumento de integração cidadã, ou seja, de distribuição de renda e de universalização dos direitos. A dinâmica está completamente invertida. É a distribuição prévia da renda que pode permitir a universalização dos direitos, dos padrões de consumo e, sobretudo da integração produtiva.¹⁵

A situação se agrava no momento em que as empresas chegam trazendo na bagagem o descaso em relação ao trabalhador local, que com uma cultura de origem rural encontra dificuldades em adaptar-se as rígidas formas de trabalho das indústrias. Os meios para qualificação profissional disponíveis nem sempre correspondem às necessidades das fileiras da linha de produção, colocando o operário no dilema de aprender o ofício ou então dar lugar para o próximo. Heloísa Helena Cardoso em sua análise sobre as condições de vida e trabalho do espaço fabril, no fim do século XIX e início do século XX, aponta:

A referência à ‘vida que levaram antes’ nos faz supor que uma certa alteração de tradições culturais aconteceu, na medida em que essa população pobre de meio rural é engajada no processo de produção fabril. Inclusive as referências ao não adestramento deste trabalhador e a ‘falta de educação industrial’ presente no ofício endereçado a Câmara Municipal de Sete Lagoas em 1882, sugerem-nos que a necessidade de enquadrar o trabalhador nas novas condições constitui-se em um problema levando-se em conta a disponibilidade de braços.¹⁶

Conforme a autora, para se entender essas fábricas para além dos dados quantitativos e da sua trajetória linear enquanto caminho percorrido pelo capital é preciso se

pensar na organização capitalista da produção imposta ao mundo do trabalho, a disciplinarização do espaço da produção e a sujeição do trabalhador.

A tentativa de lapidar a mão-de-obra para os industriários é preocupação constante do Governo e entidades empresariais. Nesta perspectiva, consultores são contratados para proferir palestras sobre motivação e relações comerciais no mercado de trabalho, a fim de fazer com que trabalhadores adotem nova postura frente a disciplina fabril. Alfredo Rocha¹⁷, um dos palestrantes, aponta como mito o fato de que o trabalhador brasileiro é explorado e apenas gera lucro para o patrão, demonstrando que o funcionário produz é para ele mesmo, gerando sempre ganhos; pessoas pessimistas e negativas acarretam improdutividade no trabalho.¹⁸ Outra matéria do Jornal do Povo orienta:

Tem gente que não percebe que viver reclamando só serve para piorar as coisas.[...] essas pessoas só conseguem ver defeitos, erros, encontrar motivos para, cada vez mais reclamar de tudo e de todos.[...] ao invés de ver os benefícios que recebem das empresas [...] Esses funcionários só reconhecem os valores e benefícios de suas empresas depois que são dispensados [...] Quem vive reclamando, falando mal dos outros, reivindicando dia e noite maiores benefícios, é uma pessoa que precisa ser retreinada a ver o outro lado do mundo...¹⁹

Essas matérias são bem sugestivas para se entender a tentativa de implantar o espírito de submissão e dedicação, mantendo-o inerte e sem condição de poder construir uma identidade operária. Garante-se, dessa forma, aos “clientes” do desenvolvimento econômico de Três Lagoas, - como está proposto nas propagandas espalhadas pelo Brasil afora -, mão-de-obra com *custos abaixo dos grandes centros e livre da pressão asfixiante dos sindicatos*. Entretanto, numa perspectiva thompsoniana, não se pode esperar que se plante a indústria na cidade sem que o fazer-se da situação brote a consciência no trabalhador. Supomos não existir uma cartilha de como se constrói a consciência de classe em nenhuma comunidade operária, ela vai ser construída conforme a gama de relações exteriores e interiores derivada do meio social em construção. Sérgio Silva nos ajuda a pensar a questão da consciência de classe, analisando Thompson:

... o autoconhecimento dos trabalhadores como classe – que produz a formação das organizações operárias e ao estabelecimento, através da luta de classe, de novas relações entre capitalistas e operários – se encontra na base da grande indústria moderna. Assim ao mesmo tempo em que

submete a relação social ao processo histórico, ele apresenta a formação da classe operária como condição e não simplesmente resultado da industrialização.²⁰

A consciência de classe neste operariado pode não ser encontrada no início de sua proletarização. Mas, “antes mesmo de articular um discurso de identidade em torno da noção de trabalho, de produtor ou de classe, o proletário tem uma identidade visível ‘objetiva’, decorrente de suas condições de existência”.²¹ Existindo estas condições, a identidade “subjéctiva” aos poucos se fará presente, buscando por seus direitos e contra a exploração dos industriários. Deste modo, os industriários não podem contar, eternamente, com uma tranqüilidade livre da “pressão asfíxiante” das ações do trabalhador. Em outros estudos, apontamos como se sucedeu esse encontro antagônico de capital e trabalho na realidade três-lagoense.

¹ João Batista Gonçalves é empresário do ramo de hotelaria, ex-delegado da Secretaria da Fazenda Estadual. É grande interessado no desenvolvimento econômico de Três Lagoas, e de grande influência no meio político.

² MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e história: algumas questões em torno da relação entre telegrafo e imprensa – 1880/1920”. In: FENELON, Déa Ribeiro, et. Ali. (orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004, p. 15.

³ CONSTITUIÇÃO DA Republica Federativa do Brasil. SEÇÃO IV, *Dos Impostos Dos Estados e do Distrito Federal*. (art. 155), p. 97. SEÇÃO V, *Dos Impostos do Município*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

⁴ VARSANO, Ricardo. *A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde*. IPEA, Rio de Janeiro. 1997. Disponível em: www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp15/varsano.pdf. Acesso em: 20/05/2005.

⁵ ENERGIA farta e barata e trunfo da Região. *Jornal do Povo*, Três Lagoas-MS, 24/12/1997, p. 2-6.

⁶ GONSALVES, J. Batista. *Sugestão faz*. Documento que apresenta propostas a aplicação de estratégias de *marketing* para a implantação de um parque industrial em Três Lagoas Endereçado a Associação Comercial e a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (Secretaria de Indústria e Comércio).

⁷ COCO, G. *Trabalho e Cidadania: Produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 165.

⁸ PREFEITURA Divulga Três Lagoas no País. *Jornal do Povo*, Três Lagoas-MS, 24/12/1997, p. 2-2.

⁹ MABEL estuda implantação de nova fabrica de biscoitos. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 20/08/1997, p. 3.

¹⁰ INCIDENTO deu novo fôlego à empresa, diz Wilson Citro. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 20/08/1997, p. 3.

¹¹ ESTADO de Mato Grosso do Sul: Câmara Municipal de Três Lagoas. Lei nº 1429, 23/12/1997. Tal lei se constituiu em isenção por 5 anos no pagamento de IPTU, ISS (fase de implantação), taxas e emolumentos alem de concessão de área no Distrito Industrial com escrituração definitiva no inicio da operação da industria.

¹² INDUSTRIALIZAÇÃO esta chegando. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 24/12/1997, p. 1.

¹³ TRÊS LAGOAS ganha indústria de Confecção. *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 26/02/1997, p. 4.

¹⁴ GONSALVES, J. Batista. Op. Cit.

¹⁵ COCO, G. Op. Cit., p. 39.

¹⁶ CARDOSO, Heloísa H. Pacheco. “Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais”. In: *Sociedade e Trabalho na História*. Revista Brasileira de História, vol. 06, nº 11. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1985/86. p. 67.

¹⁷ Alfredo Rocha é Psicólogo, Filósofo e Sociólogo. Especializado em Comunicação, viaja o Brasil proferindo palestras a trabalhadores e empresários. Esteve em Três Lagoas no dia 12/08/1997.

¹⁸ PALESTRA motiva funcionários. *Jornal do Povo*. Três Lagoas, 2-5/08/1997, p. 3.

¹⁹ PARE de reclamar (e produza mais). *Jornal do Povo*. Três Lagoas-MS, 6 /08/1997, p. 10. Matéria transcrita do *Jornal do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina*, julho de 1997.

²⁰ SILVA, Sérgio. “Thompson, Marx, os Marxistas e os outros”. In: NEGRO, A. Luigi & SILVA, Sérgio (orgs.). *E.P. Thompson: As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Textos Didáticos nº 10, vol.2. ed. 3ª, Campinas: IFCH/Unicamp.1998. p. 51.

²¹ BATALHA, H. M. Cláudio. “A identidade da classe operaria no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade?”. In: *Política & Cultura*. Revista Brasileira de História. nº 23/24, vol 12. São Paulo: ANPUH/Marco Zero. 1991/92. p. 119.